



MAIANE ALDLIN BITTENCOURT

**RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E O MONITORAMENTO
POLÍTICO: O ALINHAMENTO DE INTERESSES ENTRE O
SETOR INDUSTRIAL E A CLASSE POLÍTICA PARANAENSE**

CURITIBA

2018



MAIANE ALDLIN BITTENCOURT

**RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E O MONITORAMENTO
POLÍTICO: O ALINHAMENTO DE INTERESSES ENTRE O
SETOR INDUSTRIAL E A CLASSE POLÍTICA PARANAENSE**

Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharela
em Ciência Política pelo Centro
Universitário Internacional UNINTER.
Orientadora: Profa. Me. Audren Azolin

CURITIBA

2018

DEDICATÓRIA

A minha mãe e ao meu pai que com o suor de copos americanos e de mesas de sinuca, no Alto Boqueirão, fizeram ser possível essa graduação.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi construído através de muito apoio e colaboração. Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha mãe, Marlene e ao meu pai, Márcio, que se dedicaram ao longo de toda vida em torno da educação de suas filhas. Dessa maneira, essa conquista é parte deles.

Agradeço a minha orientadora, professora Audren Azolin e ao cientista político Fernando Moraes, integrante do NuPP-CiPol, por toda orientação e participação nessa pesquisa e durante toda a minha graduação. Assim como, agradeço a possibilidade de participar do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política do Centro Internacional UNINTER e pelas experiências que adquiri durante o processo da iniciação científica. Agradeço também aos professores e professoras que durante toda graduação participaram da minha formação.

Agradeço aos meus amigos e amigas, que participaram e me auxiliaram em todo o processo da graduação. Geissa e Jussara, grandes amigas que pude contar até nos momentos mais difíceis e com quem contei com os melhores debates sobre a conjuntura nacional, agradeço. Carlos Cunha, Serena, Louise, Rafael Perich Leila, Felipe, Diogo e Gabriel agradeço pela amizade durante toda a graduação e pelo compartilhamento de conhecimento, assim como agradeço aos colegas de turma e de outros anos que tive o prazer de conhecer durante todo esse processo.

Agradeço ao meu namorado, Gustavo, pelos debates sem fins com visões acadêmicas diferentes a minha, que contribuíram para esse trabalho e para a minha formação, assim como agradeço pelo companheiro infundável que é. Agradeço também a minha colega de apartamento, Julia, que ao longo do tempo se tornou uma irmã, me ajudando e auxiliando em todo o processo para que esse trabalho fosse possível. Não posso deixar de agradecer a minha irmã, Mayla, pelo comprometimento em me deixar focada para construir uma carreira profissional e pela nossa amizade que carrego com muito orgulho.

Agradeço à equipe do vereador Professor Silberto, à equipe da vereadora Noemia Rocha e à equipe da Abridor de Latas pelas experiências

profissionais que adquiri durante a graduação e que me auxiliaram a me tornar a formanda que sou.

Agradeço também à equipe do Núcleo de Assuntos Legislativos da FIEP, que me recebeu e me auxiliou nessa pesquisa. Em particular, ao analista técnico, Francis, que em todos os momentos dedicou um tempo para responder as infindáveis dúvidas que tive.

EPÍGRAFE

“As decisões políticas em sistemas democráticos resultam de processos nos quais muitos fatores relevantes interagem de maneira complexa. Um dos fatores que se apresentam como importante elemento é a atuação dos *grupos de interesse* junto às instituições de poder do Estado” (Manoel Santos, 2014).

BITTENCOURT, Maiane A. **Relações Governamentais na política paranaense: o alinhamento político entre o setor industrial e a classe política**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário UNINTER.

RESUMO

A presente pesquisa contribui com um estudo a respeito do empresariado enquanto ator político nas relações governamentais entre o setor industrial e a classe política paranaense. Analisou-se o grau de alinhamento político entre o empresariado industrial paranaense, representado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), o Poder Legislativo Paranaense, representado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) nas 15^a, 16^a e 17^a legislaturas, e o Poder Executivo Paranaense, representado pelo segundo e terceiro governos Roberto Requião (2005-2010) e pelo primeiro governo Beto Richa (2011-2014). Por sua vez, o objeto de estudo da pesquisa é o processo decisório referente às proposições legislativas de interesse do setor industrial paranaense na ALEP, ao se questionar: qual o grau de alinhamento (convergência) político entre a FIEP e a classe política paranaense? Dessa maneira, o objetivo da pesquisa consiste em avaliar e analisar o alinhamento entre os interesses do setor industrial e da classe política paranaense. Os seguintes objetivos específicos são: i) avaliar o grau de alinhamento político entre a FIEP e a ALEP, considerando os diversos temas; ii) avaliar o grau de alinhamento político entre a FIEP e o Poder Executivo, considerando os diversos temas; e, iii) avaliar o sucesso da FIEP em relação aos seus posicionamentos em frente das proposições legislativas da ALEP e submetidas pelo Poder Executivo, considerando os diversos temas. A metodologia utilizada de caráter empírico, de cunho quantitativo. O monitoramento político revelou que o tema Responsabilidade Social apresentou maior conflito em todas as gestões analisadas, sendo descrito como o tema que se fundamenta no reconhecimento do desenvolvimento de políticas públicas. Outro ponto importante é que o maior sucesso da FIEP nos governos do Roberto Requião foi diante do tema Assuntos Econômicos, enquanto que a maior taxa de sucesso no governo Beto Richa foi diante do tema Meio Ambiente. Por fim, esta pesquisa espera contribuir para futuros estudos na área de Relações Governamentais, pois grande parte dos estudos sobre o sistema político brasileiro tem negligenciado este aspecto, deixando o conhecimento sobre o tema confinado a poucas investigações, como afirma Manoel Leonardo Santos.

Palavras-chave: Relações Governamentais, FIEP, Alinhamento Político, Agenda Legislativa, Sucesso.

Government Relations and the Political Monitoring: the alignment of interests between the industrial sector and the paranaense political class.

ABSTRACT

The present research contributes with a study regarding the business sector as political actor in Government Relations between the industrial sector and the paranaense political class. It analyzed the degree of political alignment between the paranaense industrial business sector, represented by the Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), the Legislative Branch of Paraná, represented by the Legislative Assembly of the Paraná State (ALEP) in the 15th, 16th and 17th legislatures, and the Executive Branch of Paraná, represented by the second and third administrations of Roberto Requião (2005-2010) and the first administration of Beto Richa (2011-2014). In turn, the object of study of the research is the decision-making process regarding the legislative propositions of interests of the paranaense industrial sector in ALEP by questioning: which is the political alignment degree (convergence) between FIEP and the paranaense political class? As follows, the objective of this research consists in evaluating and analysing the alignment amongst the industrial sect and the paranaense political class. The following specific objectives are: i) evaluate the degree of political alignment between FIEP and ALEP, considering the diverse topics; ii) evaluate the degree of political alignment between FIEP and the Executive Brunch, considering the diverse topics; and iii) evaluate the FIEP's success in relation to its positioning facing the legislative propositions of ALEP and submitted by the Executive Branch, considering the diverse topics. The used methodology is of empirical character and of quantitative nature. The political monitoring revealed that the Social Responsibility theme presented major conflict in all analysed administrations, described as the theme that bases itself in the recognizing of public policy development. Other important issue is that FIEP's major success in the administrations of Roberto Requião is facing the theme Environment. Finally, this research hopes to contribute for future studies in the Government Relations, because a great portion of the studies regarding the Brazilian political system has neglected this aspect, forsaking the theme's knowledge to a few confined investigations, as stated by Manoel Leonardo Santos.

Key-words: Government Relations, FIEP, Political Alignment, Legislative Agenda, Success.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – VALÊNCIA UTILIZADA PARA MEDIR O GRAU DE ALINHAMENTO POLÍTICO E SUCESSO DA FIEP 25

TABELA 2 – VALÊNCIA DO ALINHAMENTO POLÍTICO ENTRE O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO E FIEP 32

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA DE CONVERGÊNCIA ENTRE O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO E FIEP	31
GRÁFICO 2 - TAXA DE CONVERGÊNCIA ENTRE A FIEP E O LEGISLATIVO POR GESTÃO, CONSIDERANDO OS DIVERSOS TEMAS.....	34
GRÁFICO 3 - TAXA DE CONVERGÊNCIA ENTRE A FIEP E O EXECUTIVO POR GESTÃO, CONSIDERANDO OS DIVERSOS TEMAS.....	38
GRÁFICO 4 - O SUCESSO DA FIEP POR GESTÃO	41
GRÁFICO 5 - SUCESSO DA FIEP POR GESTÃO, CONSIDERANDO OS DIVERSOS TEMAS	42

LISTA DE SIGLAS

ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ELEMENTOS ESSENCIAIS DA PESQUISA.....	18
1.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA: UM DIÁLOGO COM OS (AS) AUTORES (AS)	18
1.2 METODOLOGIA.....	23
1.2.1 BANCO DE DADOS.....	26
1.3 A FIEP E A AGENDA LEGISLATIVA	28
2 O ALINHAMENTO POLÍTICO DE INTERESSE ENTRE A FIEP E A CLASSE POLÍTICA PARANAENSE	30
2.1 O ALINHAMENTO POLÍTICO ENTRE A FIEP, O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO.....	30
2.2 O ALINHAMENTO POLÍTICO DIANTE DOS TEMAS DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ	33
3 O SUCESSO DA FIEP DIANTE O PROCESSO DECISÓRIO PARANAENSE	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXOS.....	49

INTRODUÇÃO

Com a expansão democrática no Brasil, após a constituição de 1988, e com o impacto que a abertura da economia brasileira ao longo dos anos 1990 exerceu sobre as empresas industriais do país, expondo-as a um grau historicamente inédito de concorrência (MANCUSO, 2007, p. 28); o setor industrial brasileiro demonstrou grande interesse pelo processo decisório do país para obter sucesso sobre seus interesses. Através de uma prática conhecida como Relações Governamentais, o setor compreendeu como realizar a defesa de seus interesses de uma forma estratégica e qualificada. Pois, os interesses do empresariado partem desde um aumento da competitividade entre as empresas nacionais à redução de custos. Muitas vezes esses interesses encontram-se em forma de proposições legislativas nos legislativos estaduais ou no Congresso Nacional.

Dessa maneira, a pesquisa contribui com um estudo a respeito do empresariado enquanto ator político nas relações governamentais entre o setor industrial e a classe política paranaense. Analisa-se o grau de alinhamento político entre o empresariado industrial paranaense, representado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), o Poder Legislativo Paranaense, representado pela Assembleia Legislativa do Estado Paraná (ALEP) nas 15^a, 16^a e 17^a legislaturas, e o Poder Executivo Paranaense, representado pelo segundo e terceiro governos de Roberto Requião (2005-2010) e pelo primeiro governo de Beto Richa (2011-2014).

O interesse da pesquisa justifica-se por tentar suprimir a conotação pejorativa que o *lobby* e as Relações Governamentais têm no Brasil, entendidas como tráfico de influência ou corrupção (OLIVEIRA, 2005). O trabalho tem interesse em mostrar que as *relações governamentais* e o *lobby* podem ser realizados de forma profissional e ética, cumprindo seu papel democrático em dialogar com os tomadores de decisão.

Organizações classistas como o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), representante dos trabalhadores, e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que representa o empresariado industrial brasileiro, utilizam-se de métodos e técnicas de relações

governamentais para representação e defesa de interesses. Organizações da sociedade civil que defendem causas públicas também tentam influenciar no processo decisório por meio de práticas de *advocacy*, como é o caso da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), para defesa de causa sem fins lucrativos (BRELÀZ, 2007). Dessa forma, acredita-se que as associações privadas de todos os tipos, especialmente os sindicatos e cooperativas, deveriam ter um papel constitucional maior na sociedade e que o Estado não deva exercer um *controle ilimitado* sobre a pluralidade dessas associações privadas (OLSON, 2015, p. 126).

Em Graziano (1996), compreende-se que o *“lobby é uma representação técnica e especializada muito diferente da representação não especializada proporcionada pelos políticos eleitos”*, o qual não se caracteriza como corrupção. Embora a imprensa aponte uma linha tênue entre essas duas dimensões, *“há uma clara percepção entre os representantes de interesses privados e as autoridades públicas dessa diferença”* (GRAZIANO, 1996, p.4). Desse modo, esta pesquisa tem a finalidade de contribuir para que as relações governamentais sejam vistas de forma profissional, técnica e ética, afastando-se da visão pejorativa que socialmente lhe foi posta.

Outro ponto justificável é o interesse em atuar na área de relações governamentais, aplicando os métodos e técnicas da Ciência Política, em especial no *monitoramento político*, tendo em vista que nesta segunda década do século XX o mercado de relações governamentais tem acolhido significativamente os cientistas políticos. Segundo pesquisa do RelGov em Foco (RelGov, 2015), dentre as principais formações dos profissionais de Relações Governamentais, a graduação em Ciência Política encontra-se em segundo lugar, representando 15% dos profissionais.

Outra pesquisa feita pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais- ABRIG (SANTOS, RESENDE, GALVÃO, 2017), realizada ao longo de 2016, demonstra que a Ciência Política é a segunda formação (11,7%) dos profissionais de Relações Governamentais no Brasil. Dessa maneira, a área de Relações Governamentais mostra-se como uma área

promissora aos cientistas políticos, tanto mais com a possibilidade da regulamentação da *atividade de lobby* por meio do Projeto de Lei 1202 de 2007 que atualmente tramita no Congresso Nacional.

O trabalho não possui o intuito de analisar a influência do setor industrial sobre o processo decisório paranaense, pois, assim como na pesquisa de Mancuso, esta análise “*não produz evidências capazes de indicar que os alinhamentos decorreram da influência política*” do empresariado industrial (MANCUSO, 2007, p. 123). Por meio das Agendas Legislativas da FIEP entre 2006 e 2014 e da produção legislativa da ALEP nas legislaturas previamente referidas, com decisões tomadas pelos governadores, foi possível analisar o grau de alinhamento entre o setor industrial paranaense e os poderes Legislativo e Executivo. Analisou-se também o grau de sucesso obtido pela Federação no processo de decisão política nos governos analisados.

Ressalta-se que a questão principal deste trabalho é analisar o *grau de alinhamento político* entre a FIEP e a classe política paranaense. Sendo assim, a análise sobre o *sucesso* da Federação, diante das proposições de seu interesse, é apenas uma complementação para análise do grau de alinhamento político.

A pesquisa foi realizada a partir do *monitoramento legislativo*, que consiste no acompanhamento da tramitação das matérias apresentadas e debatidas (GOZETTO, 2005), realizado pelo Núcleo de Assuntos Legislativos da FIEP e apresentado nas Agendas Legislativas de 2006 a 2014, complementado com o acompanhamento da situação final das vias legislativas pelo Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política (NuPP-CiPol) do Centro Universitário Internacional UNINTER. Isto é, das proposições legislativas que possuem interesse ou impacto sobre o setor industrial paranaense¹.

Logo, o objeto de estudo da pesquisa é o processo decisório referente às proposições legislativas de interesse do setor industrial paranaense na

¹ Informação adquirida por intermédio de uma entrevista realizada com um analista legislativo do Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Paraná em parceria com o Núcleo de Prática e Pesquisa em Ciência Política do Centro Educacional UNINTER, no dia 02 de junho de 2017.

ALEP. Delimitado o objeto de pesquisa, questiona-se: *qual o grau de alinhamento (convergência) político entre a FIEP e a classe política paranaense?*

Norteados por esse problema, o objetivo geral da pesquisa consiste em avaliar e analisar o alinhamento entre os interesses do setor industrial e da classe política paranaense, com os seguintes objetivos específicos:

- (i) Avaliar o grau de alinhamento político entre a FIEP e a ALEP, considerando os diversos temas;
- (ii) Avaliar o grau de alinhamento político entre a FIEP e o Poder Executivo, considerando os diversos temas;
- (iii) Avaliar o sucesso da FIEP em relação aos seus posicionamentos frente às proposições legislativas da ALEP e submetidas pelo Poder Executivo, considerando os diversos temas;

O trabalho contribui para estudos sobre Relações Governamentais, especificamente para análises da terceira fase das relações governamentais, definida como *monitoramento político*, que identifica os políticos alinhados e não alinhados com os interesses apresentados nas Agendas Legislativas do setor industrial. Este tipo de análise é importante para os setores de relações governamentais e empresas de consultoria política que prestam esse serviço.

Dentro do monitoramento político se analisa o perfil de tomadores de decisão política na internet (website dos candidatos, Portal da Câmara, jornais online, e dentre outras fontes tidas como confiáveis). Analisam-se também planos de governo, discursos etc. Entretanto, essas fontes mostram um conjunto de intenção ou visões atribuídas de terceiros aos tomadores de decisão.

Os métodos e técnicas de monitoramento que desenvolvemos, por sua vez, nos permitem analisar posições e decisões concretas sobre diversos temas de políticas públicas, isto é, decisões políticas tomadas pelos tomadores de decisão na relação Executivo-Legislativo, dentro do processo legislativo e processo decisório e não, intenções.

Do ponto de vista aplicado, os métodos e técnicas aqui utilizados oferecem importante contribuição para a atividade de relações governamentais no sentido de antecipar cenários futuros, pois se têm dados do comportamento/posicionamento dos tomadores de decisão frente às diversas temáticas de interesse da FIEP.

Assim, diante de uma campanha eleitoral, por exemplo, sabe-se como cada grupo político se comportará, frente aos interesses do empresariado industrial paranaense, caso chegue ao poder, sendo ponderado pelas futuras coalizões. Posto isso, dispomos de uma ferramenta para antecipar possíveis cenários futuros de riscos e oportunidades para o segmento do empresariado industrial paranaense.

1 ELEMENTOS ESSENCIAIS DA PESQUISA

1.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA: UM DIÁLOGO COM OS (AS) AUTORES (AS)

Segundo Carvalho *et al.* (2013, p. 12), *relações governamentais* pode ser entendida como o conjunto de atividades que trata da interação entre esferas do governo e as instituições, públicas ou privadas e as Organizações não Governamentais (ONGs). Para efeito deste trabalho, Relações Governamentais consiste na interação entre a FIEP e os poderes Legislativo e Executivo para a defesa de interesses do setor industrial paranaense.

As *relações governamentais* são o conjunto de etapas e processos com o objetivo de realizar a *defesa de interesses*, na qual o *lobby* é seu último estágio. Isto é, antes da FIEP realizar a *defesa de interesses*, é necessário que ela procure compreender o processo decisório paranaense e quais informações são necessárias durante todo o processo das relações governamentais. Por quais trâmites um projeto pode passar e quais parlamentares podem influenciá-lo, por exemplo.

Segundo Oliveira (2004, p. 97), os departamentos de relações governamentais têm sob sua responsabilidade cuidar dos interesses da empresa, antecipando riscos e detectando oportunidades. Dessa maneira, cabe aos setores de relações governamentais analisarem riscos e oportunidades por meio das informações obtidas durante o monitoramento legislativo, a fins de maximizarem seus sucessos e minimizarem seus danos. Carvalho *et al.* (2013) complementa que:

[...] as relações governamentais começam pela identificação de canais de interlocução e entendimento dos ritos, regimentos e estruturas governamentais; passam pelo estabelecimento de relacionamentos e manutenção do diálogo com diversos atores como o governo, órgãos fiscalizadores, legisladores, organizações e grupos de interesses; têm o intuito final de produzir ações para possibilitar o posicionamento dos pleitos do praticante da estratégia de RelGov de forma ética, contribuindo, finalmente, para o alcance de seus objetivos (CARVALHO *et al.*, 2013, p. 12).

Então, a atividade de *relações governamentais* é compreendida como de longo prazo e ampla, diferenciando-se do *lobby*, que é uma atividade

compreendida como esporádica e de curta duração. Segundo Oliveira (2005, p. 219), *lobby* é um saber específico e uma representação técnica de interesses, onde os grupos de pressão buscam *participar* do processo estatal de tomada de decisão.

Compreende-se o *lobby* como a última etapa das *relações governamentais*. É a etapa que busca *participar* da elaboração de políticas públicas (OLIVEIRA, 2005, p. 220). É necessário, antes dessa etapa, um planejamento de pesquisa e preparo técnico sobre as proposições que possuem interesse em intervir. Pois a atividade inclui a coleta de informações, propostas políticas, estratégias apropriadas para dar suporte a tais demandas, confecção de pesquisas e a procura por aliados (OLIVEIRA, 2005, p. 220).

Nota-se a importância desse saber específico ao ajudar os tomadores de decisões a formularem propostas políticas e a recepcionarem as reações da sociedade civil diante o cenário político (OLIVEIRA, 2005, p. 220) que, junto do Congresso Nacional, tentam *participar* ou *dar suporte* ao processo de produção de políticas públicas. Assim, desde 2005, a FIEP prepara anualmente uma *Agenda Legislativa* para apresentar o seu posicionamento diante das proposições de seu interesse em face da produção de políticas públicas paranaense.

O *advocacy* também é uma atividade que se diferencia das *relações governamentais*, mas que também se utiliza do *lobby* como última etapa no processo de *defesa e representação de interesses*. Segundo Oliveira (2004, p. 213), o termo *advocacy* traduz-se na ação de controle da sociedade civil organizada sobre as ações do Estado, particularmente do poder Executivo, acerca de causas públicas a serem defendidas:

É a partir das causas a serem defendidas que lobbying e advocacy se diferenciam. Enquanto as estratégias de lobbying são formuladas com o objetivo de defender interesses, na maioria das vezes, privados ou específicos, o advocacy está voltado para a defesa de interesses públicos e universais, como os direitos humanos, a liberdade, a igualdade, o fim da fome mundial, o fim da escravidão, a defesa do meio ambiente, o controle da natalidade, etc. Esse termo é utilizado, sobretudo, pelas organizações não governamentais (ONGs) ao referirem-se às suas ações de pressão. A substituição não seria adequada, pois enquanto o termo relações governamentais descreve

uma atividade voltada para a construção de uma estratégia de comunicação entre empresas e governo e a sua administração, o termo *advocacy* se refere à pressão sobre causas universais e públicas, sendo largamente utilizado pelas ONGs. O *lobbying*, por sua vez, é uma das estratégias que podem fazer parte tanto de uma ação de relações governamentais, quanto de uma ação de *advocacy* (OLIVEIRA, 2004, p. 212-213).

Cabe ressaltar que o termo *lobbying* ao longo dos estudos de Oliveira passa a ser compreendido como *relações governamentais* e, dessa maneira, *lobby* começa a ser compreendido como a última etapa dentro do processo de *relações governamentais* e de *advocacy*. *Lobby* será visto como a etapa de pressão e participação no processo de políticas públicas. Assim, o termo *lobbying*, na citação acima, é compreendido como *relações governamentais*.

Em Brelàz (2007, p. 1-2), entende-se que o *advocacy* é o ato de identificar, adotar e promover uma causa. Um esforço para moldar a percepção pública ou conseguir alguma mudança, seja por meio de mudanças na lei ou de um ato de conscientização social para além das instituições do processo decisório.

É a partir dos autores acima citados que se nota que a FIEP não atua no espectro do *advocacy*, mas sim no das *relações governamentais*. Através da relação empresa e governo que a FIEP representa o setor industrial diante do processo decisório paranaense para a *representação* e a *defesa de interesses*. Pela Agenda Legislativa se percebe que o interesse da FIEP é moldar a percepção pública ou conseguir alguma mudança por intermédio do processo decisório, ou seja, na mudança da lei ou em sua manutenção, abstendo-se de mobilizações sociais, centrando seus esforços na mobilização do setor industrial.

Outro ponto importante a se ressaltar é a definição que o *lobby* assume na literatura. A literatura produzida a partir de 2010 situa o *lobby* na última etapa das *relações governamentais*, que pode ser vista como a última etapa de *advocacy*, também. *Relações governamentais* e *advocacy* constituem-se um processo amplo que precisa de uma metodologia de pesquisa e profundo conhecimento técnico, enquanto *lobby* é visto como um conjunto de técnicas a

serem empregadas na etapa final de ambos os processos. Assim, *lobby* pode ser visto como o processo de *pressão e participação* no processo decisório.

A exemplo, a FIEP demonstra por meio da Agenda Legislativa quais proposições que tramitam na ALEP são do interesse do setor industrial, interesse convergente ou interesse divergente, com ressalvas ou sem ressalvas. O que demanda de um profundo processo de *relações governamentais* – monitoramento, pesquisas e análises. É desse modo que a Agenda pode ser compreendida como uma pauta legislativa anual do empresariado industrial paranaense.

A Agenda Legislativa é retirada da agenda de decisão da ALEP. Onde se torna uma *agenda de interesses* do setor industrial, que apresenta as proposições prioritárias e o posicionamento da indústria diante de cada proposição. Nesse sentido, a FIEP apresenta suas justificativas para seus posicionamentos no intuito de contribuir para o processo decisório paranaense.

Kingdon (1995, p. 234) define *agenda de decisão* enquanto uma lista de temas/problemas que são alvos de deliberações políticas.

[...] A probabilidade que um item tem de tornar-se prioritário numa agenda de decisões aumenta significativamente se todos os três elementos – problema, proposta de políticas públicas e receptividade na esfera política – estiverem ligados em único pacote. Por outro lado, conexões parciais têm menos chance de ganhar prioridade dentro de uma agenda de decisão. Por exemplo, os problemas que chegam às agendas de decisões sem propostas de soluções não têm as mesmas chances de serem deliberados do que aqueles que incluem propostas de soluções. E propostas sem apoio político têm menos probabilidade de serem decididas do que aquelas que têm esse apoio (KINGDON, 1995, p. 234 -235).

Segundo Oliveira (2005), é o *monitoramento legislativo* que permite a análise das matérias que fazem parte da agenda de decisão e que apresentam riscos ou oportunidades aos interesses de certos segmentos sociais.

É nela que se realiza o acompanhamento detalhado da “*tramitação das proposições apresentadas, debatidas e votadas*” (OLIVEIRA, 2005, p. 227). Isto é, o *monitoramento legislativo* é a técnica que identifica quais proposições possuem impacto diante dos interesses de um setor:

Em suma, o monitoramento legislativo conta com uma matriz de acompanhamento, na qual se encontram o número do projeto, o autor, o resumo do projeto, a situação em que ele se encontra [...], quais os próximos passos que ele vai percorrer e quais as tendências de aprovação ou rejeição (OLIVEIRA, 2005, p. 228).

O Núcleo de Assuntos Legislativo da FIEP é o responsável por realizar o *monitoramento legislativo* que posteriormente dará origem à Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná². Logo, coube a esse trabalho realizar apenas o *monitoramento político* dos parlamentares que podem representar interesse ao setor industrial, bem como o governador mais politicamente alinhado aos interesses da FIEP.

Não cabe apenas ao *monitoramento político* “identificar que por um lado a atividade das empresas é regida por uma miríade de decisões tomadas por indivíduos que ocupam posições de autoridade nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” (MANCUSO, 2007). Mas também analisar quais parlamentos possuem a capacidade de liderar, influenciar e aprovar escolhas (DIAP, 2016). É com o *monitoramento político* que se mapeia quais parlamentos compõem a elite política de interesses dentro do processo decisório.

O *monitoramento político* também consiste na identificação do parlamentar mediante o perfil, a trajetória e o posicionamento (OLIVEIRA, 2005, p. 228). Todavia, este trabalho monográfico não aplicará esse monitoramento aos parlamentares paranaenses.

Ressalta-se que é com o *monitoramento político* que se identifica quais parlamentares possuem alinhamento ou desalinhamento político (de interesses) com as instituições privadas. Pois o *monitoramento político* permite avaliar e identificar quais são as posições dos tomadores de decisão frente os interesses das instituições privadas para articular alianças e identificar interesses contrários (OLIVEIRA, 2005, p.228).

A partir da análise da tramitação das proposições legislativas de interesse da FIEP, e o posicionamento da ALEP e do Governo do Estado, compreendido como *monitoramento legislativo* e *monitoramento político*, no

² Informação adquirida em entrevista realizada com analista legislativo do Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Paraná, em parceria com o Núcleo de Prática e Pesquisa em Ciência Política do Centro Educacional UNINTER, no dia 02 de junho de 2017.

período supracitado, tenta-se compreender o *grau de alinhamento político* entre ambos.

Em Toni (2013, p. 51) é possível compreender que o *alinhamento político* é o compartilhamento de objetivos e a coerência de diversos resultados entre os interesses dos atores de um governo e de instituições privadas. Assim, a pesquisa analisa o alinhamento político como o *alinhamento de interesses* entre as instituições privadas e os atores políticos do Estado do Paraná.

Cabe então analisar o *sucesso* da FIEP com base em seus interesses que tramitam na ALEP e o sucesso dos políticos alinhados e não alinhados aos interesses do empresariado industrial. Segundo Mancuso (2007, p. 104), “*sucesso consiste na convergência entre o teor de uma decisão e a posição da indústria sobre o texto final do projeto submetido àquela decisão*”. Ou seja, considera-se *sucesso* quando o *resultado final* do projeto se alinha ao interesse da Federação, o qual se pode considerar a posição favorável ou não à transformação em norma jurídica da proposição legislativa, revelando uma situação de ganho para o empresariado industrial. De modo igual, “*um insucesso consiste na divergência entre o teor de uma decisão e a posição da indústria*” (MANCUSO, 2007, p. 104). Ou seja, um *insucesso* consiste no resultado final da proposição legislativa ao qual o setor industrial não é favorável, o que pode ser considerado como uma perda para a Federação.

O sucesso do setor industrial não está relacionado à posição do parlamentar ou do Governo do Estado quanto à proposição legislativa, mas à situação final (transformada ou não em norma jurídica) desta. Isto é, o sucesso da FIEP consiste na transformação ou não em norma jurídica das proposições legislativas que o setor industrial demonstrou interesse, enquanto o alinhamento político consiste na *posição* da classe política paranaense diante das proposições de interesses do setor.

1.2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de caráter empírico, de cunho quantitativo, por meio da análise descritiva e a partir da utilização de duas

taxas para mensurar o grau de sucesso da FIEP e o grau de alinhamento político entre o setor industrial e a classe política paranaense. Utilizou-se a *Análise de Conteúdo* no sentido de desenvolver uma classificação a partir da avaliação de documentos oficiais – as agendas –, pois é o método que se propõe a: “[...] dizer não ‘à leitura simples do real’, sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o caráter provisório das hipóteses, definir planos experimentais ou de investigação” (BARDIN, 1977, p. 28).

Desse modo, utilizou-se a *taxa de convergência* para mensurar o grau de alinhamento político entre o setor industrial e a classe política paranaense. E a partir da taxa de sucesso mensurou-se o *sucesso* da FIEP em face das proposições de seus interesses no processo decisório paranaense.

Entende-se por taxa de convergência a proporção entre matérias nas quais o setor produtivo se posiciona convergente (alinhado) e a posição apresentada pelas instituições no processo decisório (SANTOS, 2014). Isto é, a taxa de convergência é a proporção da convergência entre a posição do setor industrial e a posição da classe política diante das proposições legislativas que tramitam no processo legislativo paranaense. Enquanto a taxa de sucesso ou taxa de aprovação é definida como a proporção das proposições legislativas aprovadas dentro de um recorte temporal em relação ao total de projetos (GRAÇA; SANTOS, 2009, p. 2). Enfim, a taxa de sucesso compreende o sucesso do interesse da FIEP ao final da tramitação das proposições.

A taxa de convergência mensura o grau de alinhamento político da posição da classe política paranaense com os interesses da FIEP, que independe da situação final do projeto; enquanto a *taxa de sucesso* mensura a *decisão* da classe política paranaense diante as proposições que contenham os interesses da Federação – transformando ou não em norma jurídica.

Junto ao Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política (NuPP-CiPol) do Centro Universitário Internacional UNINTER, foi elaborado uma valência para contribuir com as análises, sobre os resultados extraídos das taxas, nesta pesquisa.

Assim, a valência proposta para esta pesquisa é discricionária, e está escalonada em sete medidas, pois assim, levará a uma proposta de análise quantitativa significativa que contribuirá com futuros trabalhos qualitativos. Diante da justificativa de uma análise mais segura e equilibrada, apresenta-se a seguinte escala, conforme quadro abaixo:

TABELA 1 – VALÊNCIA UTILIZADA PARA MEDIR O GRAU DE ALINHAMENTO POLÍTICO E SUCESSO DA FIEP

Não alinhado	Baixíssimo grau de alinhamento	Baixo grau de alinhamento	Médio grau de alinhamento	Alto grau de alinhamento	Altíssimo grau de alinhamento	Total alinhamento
X = 0	0 < X ≤ 20	20 < X ≤ 40	40 < X ≤ 60	60 < X ≤ 80	80 < X ≤ 99	X = 100

Fonte: NuPP-CiPol

O procedimento adotado foi a análise de documentos oficiais sobre a tramitação de proposições legislativas no processo decisório paranaense, com base no monitoramento legislativo iniciado pelo Núcleo de Assuntos Legislativos da FIEP e finalizado durante a pesquisa, bem como o monitoramento político realizado no Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política. As fontes do trabalho foram as *Agendas Legislativas da FIEP* de 2006 a 2014 e o Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sobre *Pesquisa Legislativa*.

A primeira Agenda Legislativa foi elaborada em 2005 e analisou a produção legislativa de interesse da FIEP de 2004 (FIEP, 2006). Cabe ressaltar que as Agendas Legislativas são produzidas com referência na produção legislativa do ano anterior ao seu lançamento. Isto é, a Agenda Legislativa de 2006 monitorou o processo legislativo de 2005 e se posicionou mediante as proposições de seu interesse. Assim prosseguiu a confecção das demais agendas legislativas da FIEP.

Por sua vez, o recorte temporal da pesquisa abrange o segundo e o terceiro governo de Roberto Requião de Mello e Silva (2003-2010) e a gestão do primeiro Governo de Carlos Alberto Richa (2011-2014).

A segunda gestão de Roberto Requião (2003-2006) e da 15ª legislatura foram analisadas a partir da apresentação das Agendas Legislativas de 2006 e 2007, referentes à produção legislativa de 2005 e 2006. Dessa maneira, a pesquisa não contou com as coletas dos dois primeiros anos (2003 e 2004) pois a pesquisa somente teve acesso a partir da segunda Agenda Legislativa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, as agendas de 2006 a 2014. A terceira gestão de Roberto Requião (2006-2010) e a 16ª legislatura, diferentemente, foram analisadas a partir de todas as Agendas Legislativas desse período.

A pesquisa também não contou com a coleta do último ano de gestão do governo Richa (2010-2014), referente à produção legislativa de 2014. Pois, a FIEP optou pela não realização da Agenda Legislativa de 2015, uma vez que todas as proposições no último ano de legislatura são arquivadas por decurso de prazo³. Portanto, esse período será representado pelas Agendas Legislativas de 2012, 2013 e 2014, pertinentes às produções legislativas de 2011, 2012 e 2013 respectivamente.

Por fim, a pesquisa se propôs a utilizar uma entrevista em profundidade, realizada no dia 02 de junho de 2018, com um analista legislativo do Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política do Centro Internacional UNINTER, que nos forneceu informações importantes a respeito da construção da Agenda Legislativa, da estrutura da FIEP e das atividades do Núcleo de Assuntos Legislativos.

1.2.1 BANCO DE DADOS

Elaboramos⁴ o banco de dados durante pesquisa realizada no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política (NuPP-CiPol) do Centro

³ Informação adquirida por meio de entrevista realizada com um analista legislativo do Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Paraná, em parceria com o Núcleo de Prática e Pesquisa em Ciência Política do Centro Educacional UNINTER, no dia 02 de junho de 2017.

⁴ Fui bolsista do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política (NuPP-CiPol). Dessa maneira, banco de dados foi elaborado por mim e contou com a colaboração da coordenadora do NuPP-CiPol, da professora Audren Azolin, e do cientista político Fernando Moraes,

Internacional UNINTER, por uma metodologia criada pelo próprio Núcleo, que se valeu da classificação dos temas da Agenda da FIEP. Os temas apresentados pela Federação foram: *assuntos econômicos, infraestrutura, meio ambiente, política social, questões institucionais, relações de trabalho, responsabilidade social e tributos*.

As categorias utilizadas, interativamente, no banco de dados foram: *Vias Legislativas, Tema, Autor, Iniciativa, Posicionamento da FIEP, Alinhamento Autor-FIEP, Posicionamento Poder Legislativo, Alinhamento Legislativo-FIEP, Posicionamento Poder Executivo, Alinhamento Executivo-FIEP, Situação Final da Via Legislativa e Sucesso*. Das categorias *Alinhamento Autor-FIEP, Alinhamento Legislativo-FIEP e Alinhamento Executivo-FIEP* foram extraídas as taxas de convergência enquanto que da categoria *Sucesso* foram extraídas as taxas de sucesso.

Salienta-se que nas categorias *Posicionamento Legislativo e Posicionamento Executivo*, nos casos de iniciativa do Poder Executivo e de veto total mantido, foram considerados os últimos posicionamentos das instituições sobre a proposição. Ou seja, mesmo que o Legislativo tenha aprovado em primeiro trâmite a Proposição Legislativa, mas mantendo veto total, considerou-se o segundo posicionamento da instituição.

Na categoria *Posicionamento da FIEP* foram extraídos os posicionamentos convergentes ou divergentes de cada proposição das Agendas Legislativas. Outro ponto é que os projetos considerados remanescentes foram contabilizados ao compreender que, mesmo havendo uma repetição da proposição, o posicionamento da FIEP na Agenda Legislativa de cada ano a considerou como uma única proposição. Consideram-se *Projetos Remanescentes* aquelas proposições que entraram na Agenda Legislativa de um ano anterior e que permanecem em tramitação em ano subsequente⁵.

integrante do NuPP-CiPol. Dessa forma, ressalta-se que o banco de dados é importante para o monitoramento político.

⁵ Informação adquirida em entrevista realizada com analista legislativo do Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Paraná, em parceria com o Núcleo de Prática e Pesquisa em Ciência Política do Centro Educacional UNINTER, no dia 02 de junho de 2017.

Por compreender que o objetivo da pesquisa é mensurar o grau de alinhamento político entre o setor industrial e a classe política paranaense – com base na utilização da taxa de convergência – não foram coletadas as proposições sem trâmite final e com os posicionamentos *convergentes com ressalvas* e *divergentes com ressalvas*. A justificativa dessa seleção se dá por compreender que para considerar esses posicionamentos seria necessária uma análise qualitativa das ressalvas, o que extrapola o escopo desta pesquisa. Dessa maneira, este trabalho monográfico se limitará a contribuir apenas com a análise quantitativa do *grau de alinhamento de interesses* entre a FIEP e os poderes Legislativo e Executivo.

A última atualização do banco de dados aconteceu no dia 22 de maio de 2018, considerando-se a última consulta da situação final das proposições legislativas na *Pesquisa Legislativa* no Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

1.3 A FIEP E A AGENDA LEGISLATIVA

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná foi criada em agosto de 1944, com o objetivo de coordenar, proteger e representar legalmente as diversas empresas do setor industrial no Estado (FIEP a,s/d), tornando-se a entidade que representa os interesses do setor industrial paranaense. Braga e Griebeler (2013) complementam que:

Por um consenso entre os delegados dos diversos sindicatos das indústrias do Paraná acerca da necessidade de sindicalização da classe e das vantagens em unificar a força da indústria em uma federação, a Fiep foi fundada seguindo os mesmos passos de outros estados que já possuíam sua entidade representativa, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (BRAGA; GRIEBELER, 2013, p.3)

Desde 2005 a FIEP iniciou um trabalho de acompanhamento do processo legislativo no Estado do Paraná, com o objetivo de apresentar o posicionamento dos Sindicatos Empresarias filiados à Federação e o posicionamento da própria Federação com relação aos Projetos Legislativos que interferem na produção e na competitividade da indústria paranaense para que a FIEP realize a defesa e a representação de interesses (FIEP b, s/d).

Dessa maneira, a Agenda Legislativa é construída diariamente através do monitoramento referente às proposições que tramitam na Assembleia Legislativa do Paraná, onde se realiza uma análise e síntese dos projetos, os quais, semanalmente, são encaminhados em forma de um boletim aos sindicatos e ao corpo técnico da Federação⁶.

São dois boletins informativos que são encaminhados semanalmente aos sindicatos: (i) *Novos Projetos de Lei*, com a síntese e tramitação das proposições legislativas na Câmara, Senado e ALEP e o; (ii) *Resumo do Diário Oficial* com as publicações do Poder Executivo e Legislativo no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Paraná⁷.

Esses dois boletins formam o *Caderno de Priorização* enviado aos Sindicatos e ao corpo técnico da Federação, que respondem com a definição de quais as proposições devem ser convergentes ou divergentes e qual é o nível de priorização das mesmas: alto, médio ou baixo.

É com base nessas respostas que se realiza o *Encontro de Convergência* com a presença dos Sindicatos e do corpo técnico, afim de deliberar, em reunião plenária, quais as proposições estaduais devem fazer parte da Agenda Legislativa. Após a discussão, deliberação e definição das proposições que devem fazer parte da Agenda Legislativa. Depois se encaminha a Agenda para diagramação e revisão final. Posteriormente à publicação, ocorre o lançamento da Agenda Legislativa em evento com a presença da diretoria e de autoridades⁸.

⁶ O Núcleo de Assuntos Legislativos é o responsável pela síntese das proposições, o qual atualiza sua tramitação e formula o Caderno de Priorização que é encaminhado aos sindicatos e ao corpo técnico da Federação para recolhimento de seus posicionamentos.

⁷ Todas as informações apresentadas nesta pesquisa sobre a construção da Agenda Legislativa foram adquiridas por intermédio de uma entrevista realizada com um analista legislativo do Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Paraná em parceria com o Núcleo de Prática e Pesquisa em Ciência Política do Centro Educacional UNINTER, no dia 02 de junho de 2017. O questionário encontra-se nos anexos dessa monografia.

⁸ Por sua vez, parte salienta, que a priorização dos projetos pelo Caderno de Priorização e Encontro de Convergência não impedem o constante acompanhamento das proposições que não foram priorizadas ou não foram incluídas na Agenda Legislativa da Indústria.

2 O ALINHAMENTO POLÍTICO DE INTERESSE ENTRE A FIEP E A CLASSE POLÍTICA PARANAENSE

2.1 O ALINHAMENTO POLÍTICO ENTRE A FIEP, O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO

O monitoramento político realizado neste trabalho monográfico abarcou um total de 261 proposições legislativas. Dessas, 204 proposições tiveram posicionamentos convergentes, enquanto 57 tiveram posicionamentos divergentes. De todas as proposições monitoradas, apenas 82 proposições (31,42%) chegaram ao Poder Executivo.

Das proposições que chegaram ao Poder Executivo, durante as três gestões analisadas, a Federação se posicionou favorável à aprovação (sanção) de 64 delas. Isso representa 78,05% das proposições encaminhadas ao Executivo. Dentre essas proposições com posicionamento favorável, o Executivo se posicionou convergente com os interesses da FIEP em 27 (42,19%), enquanto as posições divergentes representaram 37 proposições (57,81%).

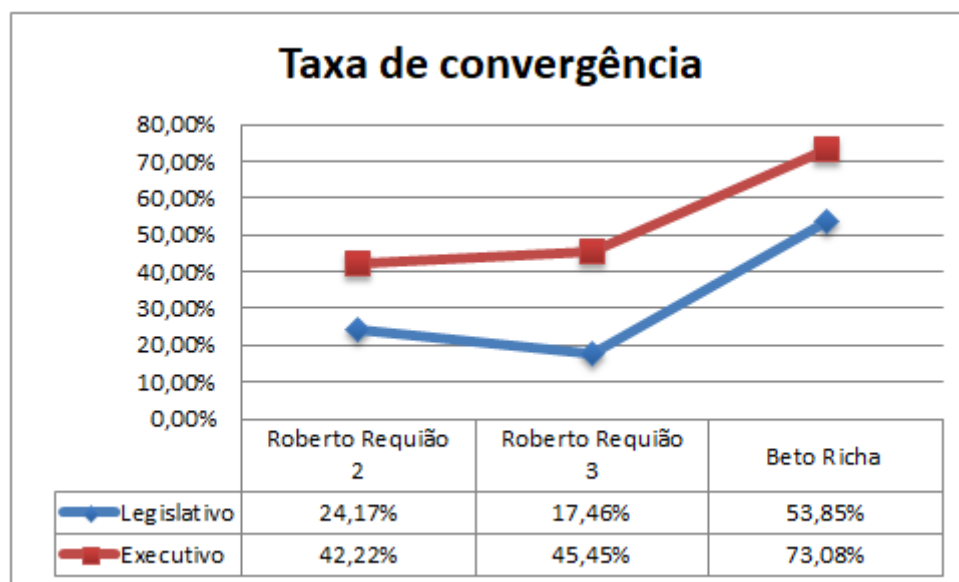
Outro ponto referente a essa análise são os posicionamentos divergentes que a FIEP apresentou em 18 proposições, representando 21,95%. Desses projetos, o Executivo se posicionou contrariamente ao trâmite em 6 projetos (33,33%), enquanto que em 12 projetos (66,67%), posicionou-se favoravelmente ao trâmite.

Os posicionamentos divergentes que a FIEP apresentou em 18 proposições também é ponto da análise, representando 21,95%. Desses projetos, em 6 proposições (33,33%) o Executivo se posicionou contrariamente ao trâmite, enquanto que em 12 proposições (66,67%), posicionou-se favoravelmente ao trâmite. O Executivo e a FIEP foram convergentes em 33,33% das proposições as quais a FIEP entendeu trazerem riscos para o segmento do empresariado industrial.

A partir do total de proposições monitoradas, realizou-se o primeiro cruzamento entre o posicionamento da FIEP e o posicionamento do Legislativo; e, posteriormente, o segundo, entre o posicionamento da FIEP e o posicionamento do Executivo, para avaliar o grau de alinhamento político entre o setor industrial e a classe política paranaense. O gráfico 1 demonstra a taxa

de convergência apresentada por cada gestão entre a FIEP e o Legislativo e a FIEP e o Executivo:

GRÁFICO 1 – TAXA DE CONVERGÊNCIA ENTRE O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO E FIEP



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico acima, referente ao período de 2005 a 2014, revela que o grau de alinhamento político entre o setor industrial e a classe política paranaense é variável conforme o recorte temporal, compreendido enquanto gestão. Durante a gestão Richa, o Executivo apresentou maior taxa de convergência, a de 73,08%. Contrariamente, a segunda gestão de Requião apresentou menor taxa de convergência entre o Executivo e a FIEP, sendo 42,22%. A diferença em pontos percentuais entre as duas gestões é de 30,86% de alinhamento político, havendo um período de quatro anos entre as duas gestões.

No que tange a taxa de convergência entre o Legislativo e a FIEP, considerando-se as gestões, a gestão Richa apresentou maior taxa de convergência, 53,85%. A menor taxa foi durante a terceira gestão de Requião, com 17,76%. É uma diferença em pontos percentuais bastante significativa na ordem de 36,39% pontos percentuais, mostrando-se maior do que a taxa de convergência referente ao Executivo.

Dessa maneira, a tabela 2 demonstra o grau de alinhamento político entre o Legislativo e a FIEP e o Executivo e a FIEP:

TABELA 2 – VALÊNCIA DO ALINHAMENTO POLÍTICO ENTRE O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO E FIEP

	Roberto Requião 2	Roberto Requião 3	Beto Richa
Legislativo	24,17%	17,46%	53,85%
	Baixo Alinhado	Baixíssimo alinhado	Médio Alinhado
Executivo	42,22%	45,45%	73,08%
	Médio Alinhado	Médio Alinhado	Alto Alinhado

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela acima revela que dentre os Poderes Executivo e Legislativo, foi o Poder Legislativo o que alcançou alto grau de alinhamento político com a FIEP, mais especificamente durante a gestão Richa. Pois em ambas as gestões de Requião, demonstrou-se médio grau de alinhamento político como os interesses do empresariado industrial paranaense.

É na terceira gestão de Requião que o Legislativo apresentou baixíssimo grau de alinhamento com os interesses do setor industrial, tendo o menor alinhamento em pontos percentuais. No entanto, é também durante a gestão de Beto Richa que o Legislativo apresenta o maior alinhamento político em pontos percentuais, mostrando um médio grau de alinhamento político.

Dessa maneira, nota-se que o comportamento do Legislativo seguiu a tendência do posicionamento do Poder Executivo, mas se posicionou mais contrariamente aos interesses da FIEP do que o Executivo. É possível que as variáveis – as regras – do processo legislativo influenciem sobre o grau de alinhamento político entre as partes privadas e as instituições representativas, uma vez que enquanto o Poder Executivo conta com a aprovação, a retirada, o veto parcial ou o veto total em suas decisões, o Poder Legislativo conta com uma miríade de decisões, seja na tramitação do projeto na Comissão de Constituição, Justiça (CCJ), no plenário, na intenção do autor de não retirar a proposição e nem de que ela não seja arquivada por decurso de prazo.

O filtro que o Poder Legislativo faz em sua tramitação até a via legislativa chegar à decisão do Poder Executivo pode ser outra possibilidade da acentuação do percentual entre o alinhamento político do empresariado industrial e a classe política paranaense nas instituições representativas.

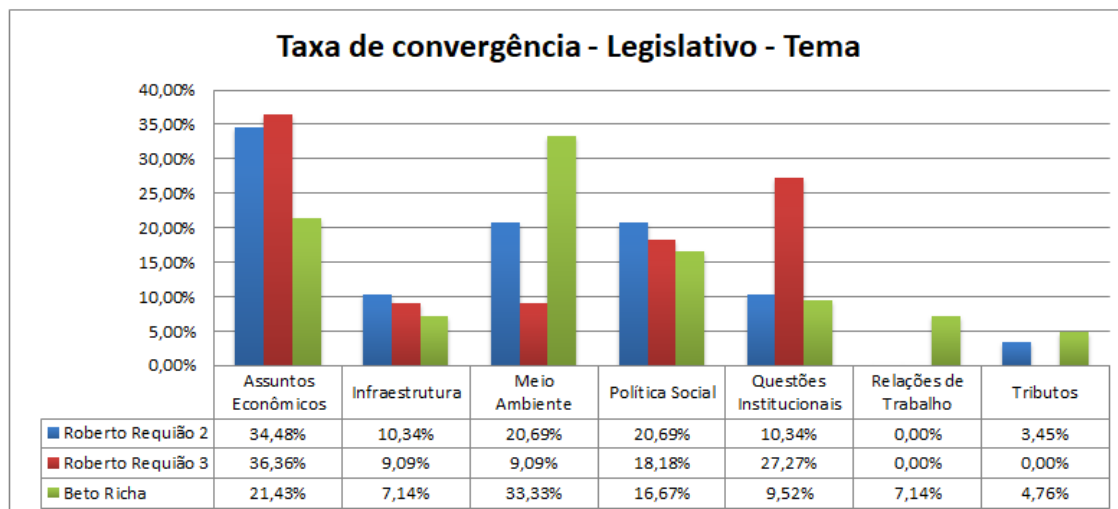
Servindo de exemplo das 261 proposições analisadas (sejam elas de iniciativa do Legislativo, do Executivo ou do Tribunal de Contas), 192 foram arquivadas – na CCJ, no plenário, a pedido do autor, por serem restituídas ou por semelhanças de projeto. Isto é, 74% das proposições analisadas nesta pesquisa não chegaram à deliberação do Poder Executivo.

Do ponto de vista estratégico percebe-se o seguinte: notadamente é durante a gestão Requião que a FIEP deve implementar maiores esforços de influência sobre o Legislativo, pois mesmo tendo nas duas gestões de Requião médio grau de alinhamento com a FIEP, o Legislativo apresentou baixo e baixíssimo grau de alinhamento, mostrando, assim, que o Executivo durante a gestão Requião esteve mais alinhado que o Legislativo. Na gestão Richa o Legislativo também se mostrou menos alinhado aos interesses da FIEP do que o Executivo. Assim, parece razoável concluir que nas gestões analisadas os executivos estiveram mais alinhados à FIEP do que os legislativos.

2.2 O ALINHAMENTO POLÍTICO DIANTE DOS TEMAS DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

Segundo a Agenda Legislativa de 2017 (FIEP, 2014, p.11), a FIEP busca estreitar o diálogo com os poderes constituídos, para promover a defesa de interesses do setor produtivo do Estado do Paraná. Pois, seu objetivo é colaborar com a criação de políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento econômico e social do estado e do país (FIEP, 2014, p.11). Dessa maneira, o monitoramento político realizado nessa pesquisa buscou compreender o alinhamento de interesses entre a Federação, o Legislativo e o Executivo, considerando os 8 (oito) temas propostos nas Agendas. O gráfico abaixo apresenta, portanto, a taxa de convergência extraída entre o Legislativo e a FIEP por tema:

GRÁFICO 2 - TAXA DE CONVERGÊNCIA ENTRE A FIEP E O LEGISLATIVO POR GESTÃO, CONSIDERANDO OS DIVERSOS TEMAS



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico acima revela que a maior taxa de convergência, entre o Legislativo e a Federação, nas gestões de Roberto Requião encontra-se no Tema Assuntos Econômicos. O Poder Legislativo na segunda gestão de Roberto Requião conta com grau de alinhamento político de 34,48%, enquanto que a terceira gestão apresentou maior grau de alinhamento político dentre as três gestões (36,36%), com uma baixa diferença entre as duas gestões da ordem de 1,88 pontos percentuais. Assim, ambas se caracterizam com baixo grau de alinhamento em relação aos interesses da FIEP.

A gestão de Beto Richa apresentou a menor taxa de convergência no tema Assuntos Econômicos, com 21,43% de grau de alinhamento político, apresentando também baixo grau de alinhamento político em relação aos interesses do setor industrial. No entanto, a diferença em ponto percentuais entre a maior taxa de convergência na terceira gestão de Roberto Requião para a menor taxa de convergência na gestão de Beto Richa foi de 14,93.

A maior taxa de convergência do Legislativo na gestão de Beto Richa foi no tema de Meio Ambiente, com 33,33% de alinhamento político, apresentando baixo grau de alinhamento em relação aos interesses da Federação. Enquanto que o Legislativo nas duas gestões de Roberto Requião apresentou baixo e baixíssimo graus alinhamentos, com 20,69% e 9,09% alinhados, respectivamente.

No Tema Responsabilidade Social, o monitoramento político revelou que em nenhuma das três gestões o Legislativo foi alinhado aos interesses da FIEP. A Agenda de 2014 assim descreve o que é Responsabilidade Social:

“O tema responsabilidade social fundamenta-se no reconhecimento da necessidade do desenvolvimento de políticas públicas, programas e projetos referentes à melhoria da qualidade de vida, buscando cumprir normas vinculadas à saúde, à educação, à segurança e ao bem-estar de todos. É importante para a indústria estabelecer e assumir políticas e compromissos socialmente responsáveis, gerando diferenciais competitivos e resultados favoráveis para seus negócios, para a sociedade e para o meio ambiente.” (AGENDA LEGISLATIVA, 2014, p. 55)

A FIEP destacou na Agenda Legislativa de 2014 (FIEP, 2014, p.1) que sua contribuição com a criação de políticas públicas leva em última instância o bem estar dos cidadãos⁹. Por sua vez, o monitoramento demonstra que o tema fundamentado no reconhecimento da necessidade do desenvolvimento de políticas públicas apresentou-se como não alinhado ao Legislativo a nenhuma das gestões analisadas, mostrando, assim, riscos para os interesses do setor industrial paranaense nesta temática.

No Tema Questões Institucionais, o monitoramento político revelou baixo grau de alinhamento político na ordem de 27,27% entre o Legislativo e a Federação, na terceira gestão de Roberto Requião. Enquanto na segunda gestão de Roberto Requião e a gestão de Beto Richa o Legislativo apresentaram 10,34% e 9,52%, respectivamente. Em ambos os casos apresentou baixíssimo grau de alinhamento aos interesses da Federação. A percepção desse tema é estratégico para o setor produtivo uma vez que é relacionado às regras do processo político e da administração pública. Nota-se que a diferença em pontos percentuais da maior taxa de convergência, da gestão Beto Richa, para a menor taxa de sucesso, da terceira gestão de Roberto Requião, é de 17,75 pontos percentuais. Dessa maneira, Agenda Legislativa de 2017¹⁰ afirma que:

⁹ A Agenda Legislativa de 2014 não apresentou nenhuma proposição de interesse nesse tema.

¹⁰ O banco de dados do monitoramento não conta com a Agenda Legislativa de 2017 uma vez que a coleta de dados foi realizada apenas até o ano de 2014. Todavia, sua conceituação quanto aos temas é permanente e perceptível aos interesses da Federação, o que não ocorre com a Agenda Legislativa de 2018, que contou com alterações na sua estrutura de temas.

A estrutura e o funcionamento das organizações políticas e estatais, representada notadamente pelas questões institucionais, precisam aprimorar os princípios de legitimidade, moralidade e transparência. A indústria reivindica o debate acerca das reformas necessárias nos órgãos judiciários e administrativos. Desse modo, o aperfeiçoamento do processo legislativo, aliado às reformas do sistema político, promoverá a consolidação das instituições democráticas e a garantia da governabilidade. (FIEP, 2017, p. 71)

Isto é, o Legislativo na terceira gestão de Roberto Requião apresentou-se como a mais alinhada politicamente à Federação quanto a estrutura e o funcionamento das organizações políticas e estatais, tornando-se uma gestão estratégica para os interesses da FIEP.

Outra análise estratégica para as Relações Governamentais da Federação, é o posicionamento do Legislativo nas duas gestões de Roberto Requião quanto ao tema Relações de Trabalho, pois ambas as gestões apresentaram uma taxa de convergência igual a 0% de alinhamento político. Dessa maneira, ao analisar o impacto negativo de não ocorrer alinhamento político entre os interesses da Federação e o posicionamento do Legislativo, é possível analisar um conflito de interesses quanto a esse tema em ambas as gestões de Roberto Requião.

O Legislativo durante a gestão de Beto Richa apresentou também baixo grau de alinhamento político quanto a esse tema. A taxa de convergência na gestão de Richa foi de 7,14%, caracterizando-se, assim, como baixíssimo grau de alinhamento. Nota-se, portanto, que este é um tema delicado para a defesa de interesses do setor industrial paranaense. Por sua vez, a Agenda Legislativa de 2017 entendeu esse tema da seguinte maneira:

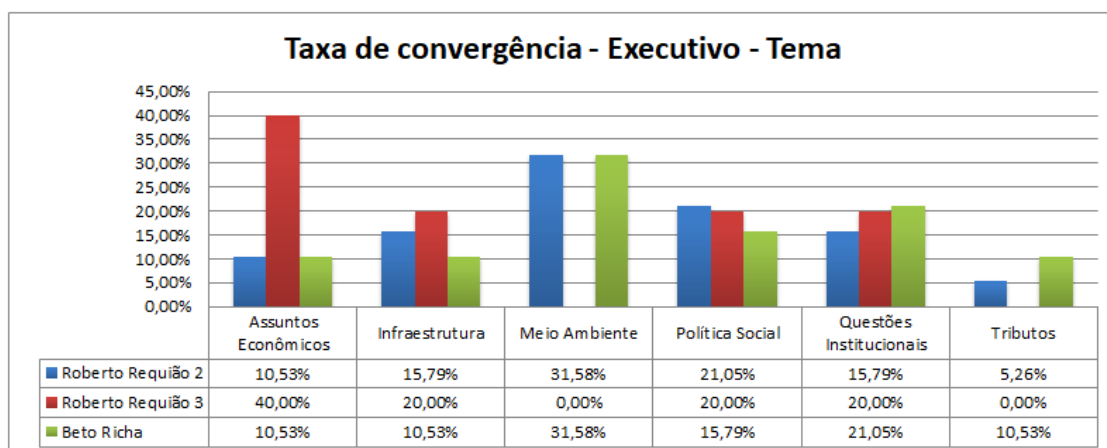
Os altos encargos impostos pela rígida legislação trabalhista vigente no Brasil comprometem a competitividade das empresas e desestimulam o mercado formal de trabalho. O mundo passou por profundas transformações, principalmente na área do trabalho, de forma que a modernização da legislação é de suma importância para a desburocratização das relações trabalhistas que não acompanharam as transformações ocorridas. As novas formas de arranjos do trabalho, assim como as novas tecnologias disponíveis no mercado, aumentaram vertiginosamente o fenômeno dos empregos temporários, intermitentes, realizados a distância e casuais. Essa nova forma de trabalho exige uma legislação adequada à sua realidade, pois torna inviável a aplicação das fórmulas homogêneas de proteção destinadas às atividades regulares e rotineiras. (FIEP, 2017, p. 53)

Esse tema é estratégico ao que tange as Relações Governamentais do setor industrial paranaense, uma vez que tem o intuito de minimizar encargos referente às legislações trabalhistas, para atingir o objetivo de um sistema regulatório flexível de contrato no âmbito do Estado do Paraná (FIEP, 2017, p. 53). Desse modo, o monitoramento mostra a necessidade de se pensar outra estratégia quanto ao Legislativo para esse tema.

Outro tema que o monitoramento político revela como de baixo grau de alinhamento político entre o Legislativo e a FIEP, foi referente ao tema Tributos. Neste tema tanto na segunda gestão de Roberto Requião e quanto na gestão Beto Richa uma taxa de convergência de 3,45% e 4,76% respectivamente, caracterizado-as como de baixíssimos graus de alinhamento aos interesses da Federação. Na terceira gestão getão Roberto Reuião, o monitoa mento mostou que houve que a taxa de convergente foi igual a 0%, o que sgnifica nenhum alinhamento político entre o Legislativo e os interesses do setor industrial paranaense.

Cabe analisar, por sua vez, a taxa de convergência entre e o Executivo e a FIEP. Ressalta-se que nesse aspecto, a taxa de convergência calculada a partir das 82 (oitenta e duas) proposições que contaram com a posição do Poder Executivo, sendo ele na iniciativa da proposição ou no final da trâmiteação de proposições de iniciativas do Legislativo. Para efeito, o Gráfico 3 apresenta o grau de alinhamento político entre os interesses da Federação e os posicionamentos do Executivo diante deles:

GRÁFICO 3 - TAXA DE CONVERGÊNCIA ENTRE A FIEP E O EXECUTIVO POR GESTÃO, CONSIDERANDO OS DIVERSOS TEMAS



Fonte: Elaboração própria.

O monitoramento político revelou a mesma taxa de convergência para o segundo governo de Roberto Requião e para o governo de Beto Richa no tema Meio Ambiente. Em ambas gestões, o grau de alinhamento político foi de 31,58%. Isso as classifica como baixo grau de alinhamento aos interesses da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Esse percentual foi o maior grau de alinhamento registrado de ambos os governos dentre os temas de interesse da FIEP.

Por sua vez, o monitoramento revelou que o terceiro governo de Roberto Requião, também diante o tema Meio Ambiente, não teve alinhamento político, com uma taxa de convergência igual a 0%. Ressalta-se que a Agenda Legislativa de 2017 (p. 30), aponta a importância desse tema para o fomento de energias renováveis na agenda de políticas públicas do Estado:

O Estado do Paraná é reconhecido nacionalmente por suas políticas e práticas de gestão ambiental, em especial pelos programas de preservação e conservação. Políticas públicas aliadas à preservação do meio ambiente e recursos naturais devem ser criadas para que o crescimento industrial seja orientado ao desenvolvimento sustentável. Dentre esta nova agenda política, destaca-se o fomento à produção de energia renovável e à produção mais limpa e com menor emissão de poluentes. Nesta perspectiva, nos últimos anos, o empresariado paranaense se deparou com políticas e regulamentos ambientais que podem ter um impacto negativo na competitividade acirrada de hoje, com consequentes implicações econômicas e sociais. O setor produtivo anseia por regras mais dinâmicas e que incentivem o protagonismo ambiental ao invés de leis que obriguem o empresário a seguir normas que impactem suas atividades. (FIEP, 2017, p. 30).

As características do Estado do Paraná apontam à importância desse tema para a agenda do setor industrial paranaense nos últimos anos, ao ponto de as Relações Governamentais da FIEP ficarem atenta para cumprir a responsabilidade de antecipar riscos e oportunidades para o setor (OLIVEIRA, 2004, p. 97).

No tema Assuntos Econômicos, o terceiro governo de Roberto Requião registrou seu maior alinhamento político, com uma taxa de convergência de 40%, o que revela baixo grau de alinhamento aos interesses da FIEP. Enquanto o segundo governo de Roberto Requião e o governo de Beto Richa mostraram-se menor grau de alinhamento político, com uma taxa de convergência de 10,53%. Assim, ambas as gestões consideradas como de baixíssimo grau de alinhamento, com uma diferença de 29,47 pontos percentuais em relação ao terceiro governo de Roberto Requião. Nota-se, portanto, uma semelhança do segundo governo de Roberto Requião com o governo Beto Richa diante os temas Meio Ambiente e Assuntos Econômicos.

Enquanto que no tema Assuntos Econômicos o terceiro governo de Roberto Requião apresentou uma taxa considerável de alinhamento político, no tema Tributos o governo não apresentou nenhum alinhamento político, com uma taxa de convergência igual a 0%. Dessa maneira, o monitoramento mostra um aspecto importante a ser levado em consideração para a estratégia das Relações Governamentais da FIEP, pois o tema apresentou-se como o de maior importância para o setor industrial brasileiro¹¹ (FIEP, 2017, p. 61).

A maior preocupação do setor industrial brasileiro é manter um sistema tributário coerente com a conjuntura econômica, por meio de uma reforma fiscal adequada. A quantidade de tributos existentes em nosso País acarreta aumento nos custos de produção das mercadorias e sobrecarrega o setor produtivo, ocasionando vantagem competitiva das empresas estrangeiras em detrimento das nacionais. A política econômica que vem sendo adotada não estimula o investimento e, para manter os gastos públicos, o governo encontra meios para aumentar a arrecadação em uma escala ascendente, onerando cada vez mais a sociedade em geral. Por esta razão, é imperativo que se dê prioridade à questão da reforma tributária, uma vez que a plethora de impostos e contribuições limita recursos para investir, impedindo a geração de empregos. (FIEP, 2017, p. 61)

¹¹ A Federação aponta a importância do sistema tributário coerente para o setor industrial brasileiro com um forte impacto para o sistema tributário do setor industrial paranaense, pois as legislações vigentes em âmbito Nacional acarretam aos Estados.

O monitoramento revela que com um governo com nenhum alinhamento político, conforme a situação do terceiro governo de Roberto Requião no tema Tributos, o setor industrial paranaense detecta um risco, pois há conflito entre os interesses do Executivo e os interesses da FIEP em trazer alterações nos benefícios econômicos para alcançar maior eficiência na geração de riquezas e na sua distribuição (FIEP, 2017, p. 61).

É importante analisar que o tema Questões Institucionais nos governos de Roberto Requião e no governo Beto Richa apresentaram taxas de convergências semelhantes, apontando 15,79%, 20% e 21,05% de alinhamento político respectivamente. No entanto, os dois governos de Roberto Requião mostraram-se com baixíssimos graus de alinhamento aos interesses da FIEP, enquanto, por sua vez, o governo de Beto Richa mostrou-se com baixo grau de alinhamento.

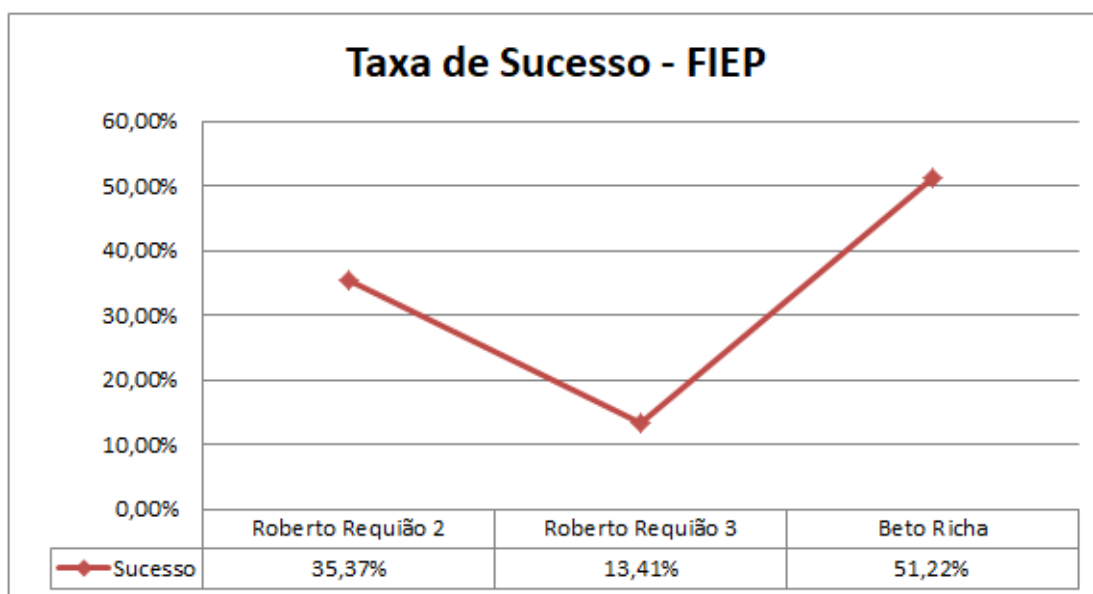
Ressalta-se a importância desse tema por ser o tema que afeta as regras do funcionamento do processo de decisão política e da administração pública. Dessa forma, apresentar uma taxa de convergência semelhante entre os governos sinaliza um alinhamento político estratégico para as Relações Governamentais da FIEP.

Resultado importante que o monitoramento político revelou é que há mais de um tema em que não ocorreu alinhamento político em nenhum dos três governos. Além do tema Responsabilidade Social que não houve alinhamento político já identificado no primeiro filtro do Legislativo, o tema Relações de Trabalho apresentou uma taxa de convergência igual a 0% nos três governos monitorados. Mostra-se, dessa forma, um conflito entre os interesses da FIEP e do Executivo em dois temas nos dois governos de Roberto Requião e no governo de Beto Richa.

3 O SUCESSO DA FIEP DIANTE O PROCESSO DECISÓRIO PARANAENSE

A taxa de sucesso foi calculada a partir 261 proposições coletadas das agendas legislativas de 2006 a 2014. Para efeito dessa pesquisa, foi considerado sucesso aquelas proposições que a FIEP se posicionou convergente e que foram sancionadas e promulgadas, isto é, se transformaram em norma jurídica. Assim como foram considerados sucesso aquelas proposições que a Federação se posicionou divergente e que não foram sancionadas e promulgadas, isto é, que não se transformaram em norma jurídica. O Gráfico 4 demonstra a taxa de sucesso do setor industrial por gestão:

GRÁFICO 4 - O SUCESSO DA FIEP POR GESTÃO



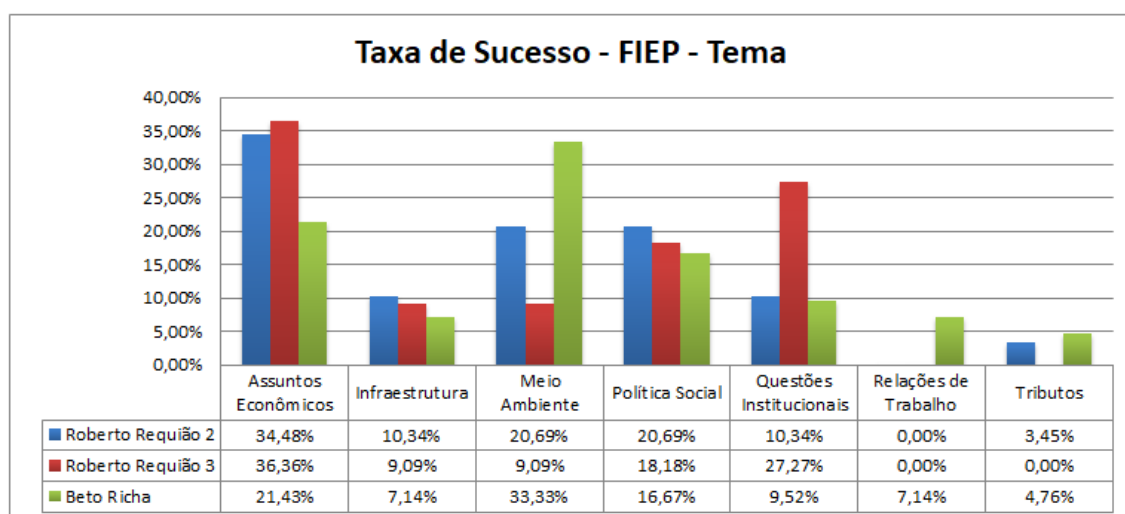
Fonte: Elaboração própria.

O monitoramento político revela que o maior sucesso que o setor industrial paranaense obteve foi durante o Governo Beto Richa, com uma taxa de sucesso de 51,22%. Mostrando-se, assim, uma taxa de sucesso consideravelmente alta comparada às duas gestões de Roberto Requião. Durante o segundo governo de Roberto Requião, o sucesso da FIEP foi de 35,37% enquanto que no terceiro governo de Roberto Requião o sucesso da Federação foi menor, com taxa de sucesso de apenas 13,41%. Dessa maneira, demonstra-se que o governo Beto Richa foi o governo mais estratégico para as

Relações Governamentais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná de forma geral, uma vez que a diferença em pontos percentuais entre as duas gestões foi de 37,81%, consideravelmente alta, pois essa diferença percentual é maior que a taxa de sucesso apresenta no segundo governo Roberto Requião – o primeiro governo analisado nessa pesquisa.

No entanto, para antecipar riscos e oportunidades, é viável analisar a taxa de sucesso que o setor industrial paranaense obteve em cada governo por tema, pois é possível haver mudanças na percepção do sucesso da Federação. Isto é, governos podem apresentar uma taxa de sucesso geral menor comparado a outros governos, mas demonstrar taxas de sucesso maior quando verificado por temas. Desse modo, o Gráfico 5 apresenta a taxa de sucesso da FIEP por gestão, considerando os diversos temas apresentados pelas Agendas Legislativas:

GRÁFICO 5 - SUCESSO DA FIEP POR GESTÃO, CONSIDERANDO OS DIVERSOS TEMAS



Fonte: Elaboração própria.

O maior sucesso da FIEP nos governos do Roberto Requião foi diante o tema Assuntos Econômicos, no qual o segundo governo Roberto Requião apresentou uma taxa de sucesso de 34,48%, enquanto no terceiro governo de Roberto Requião apresentou taxa de sucesso de 36,36%. O Governo Beto Richa apresentou o menor sucesso nesse tema, com uma taxa de sucesso de 21,43%. A diferença em pontos percentuais entre o maior sucesso, da terceira

gestão de Roberto Requião, para o menor sucesso, da gestão de Beto Richa, é de 14,93.

Por sua vez, o monitoramento político revela que a maior taxa de sucesso no Governo Beto Richa foi diante o tema Meio Ambiente, enquanto a FIEP obteve um sucesso de 20,69% no segundo governo de Roberto Requião, no terceiro governo Requião foi de 9,09%. Revelando uma diferença entre o maior sucesso, do governo Beto Richa, para o menor sucesso, do terceiro governo de Requião, de 11,6 pontos percentuais.

Durante os governos de Roberto Requião, a FIEP não obteve sucesso diante o tema Relação de Trabalho. Isto é, o segundo e o terceiro governo de Roberto Requião obtiveram taxas de sucesso igual a 0%. Por sua vez, no tema Tributos, o terceiro governo Roberto Requião obteve também taxa de sucesso igual a 0%. Tanto no segundo governo Roberto Requião quanto no Governo Beto Richa, a FIEP apresentou baixas taxas de sucesso no tema Tributos, com 3,45% e 4,76% respectivamente. Mostrando, no entanto, baixa diferença em pontos percentuais entre as duas gestões (1,31%).

O tema Responsabilidade Social não apresentou sucesso em nenhum dos governos analisados. Isto é, a taxa de sucesso da FIEP para esse tema nos dois governos de Roberto Requião e no governo Beto Richa foi igual a 0%. Demonstrando assim, um impacto negativo quanto aos interesses do setor industrial paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do monitoramento político, aqui apresentado, visa contribuir analiticamente para a área de Relações Governamentais, apontando o grau de alinhamento político entre o setor industrial e a classe política paranaense. Dessa maneira, enquanto contribuição para futuros trabalhos, perguntamos por que o grau de alinhamento político entre o setor industrial e a classe política aumentou consideravelmente do terceiro Governo de Roberto Requião para o Governo de Beto Richa, tanto no Poder Legislativo quanto no Poder Executivo. Compreendemos que para esta resposta é necessário avaliar e analisar outras variáveis. Uma vez que, tanto no alinhamento político quando no sucesso, o Governo Beto Richa apontou pontos percentuais acima de 50%.

O Governo Beto Richa, mostrou-se assim, o governo mais estratégico para as Relações Governamentais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, revelando-se o Governo com o menor conflito de interesses com a FIEP. Pois, apresentou taxa de sucesso para todos os temas propostos na mensuração – desconsiderando o tema Responsabilidade Social, que não obteve sucesso em nenhuma das gestões monitoradas.

Por sua vez, destaca-se a importância de ter sido apresentado uma análise do alinhamento político geral, mas também, da importância de analisar separadamente o alinhamento político com o Legislativo e com o Executivo. Pois, assim notou-se que o Legislativo, nas duas gestões de Roberto Requião, apontou conflito de interesses no tema Relação de Trabalho, com uma taxa de convergência igual a 0%. Assim como o Legislativo, na terceira gestão de Roberto Requião, apresentou também conflito de interesses no tema Tributos, com um não alinhamento político.

Identificou-se, também, que o Poder Executivo, no terceiro Governo de Roberto Requião, apresentou conflito de interesses nos temas Meio Ambiente e Tributos, com uma taxa de convergência igual a 0%.

Outro ponto importante quanto à análise de conflito, foi a perceptível falta de taxa de sucesso, nos dois Governos de Roberto Requião quanto ao tema Relações de Trabalho, apresentando 0% de sucesso. Por sua vez, no

terceiro Governo de Roberto Requião no tema Tributos, a Federação contou com 0% de sucesso também, sendo novamente perceptível um conflito de interesses. Dessa maneira, é possível afirmar, que durante os Governos de Roberto Requião houve um impacto negativo sobre os interesses do setor industrial paranaense quanto a esses temas.

Por sua vez o monitoramento político auxilia os departamentos de relações governamentais a cuidarem dos interesses da empresa, antecipando riscos e detectando oportunidades (OLIVEIRA, 2004, p. 97). Isto é, através do monitoramento político foi possível identificar o grau de alinhamento político de todas as instituições representativas, por gestão e por tema, demonstrando assim oportunidades e riscos para os interesses do setor industrial paranaense. O monitoramento político é respaldado por análises quantitativas que mensuram o sucesso e a convergência de interesses. Como foi o exemplo dessa pesquisa, ao utilizar-se da taxa de convergência e da taxa de sucesso.

Dessa maneira, defende-se que é possível compreender que o trabalho nas Relações Governamentais consiste na ação estratégica, inteligente e qualificada, promovida por instituições públicas ou privadas, antecipando cenários, produzindo estudos comparados, indicando caminhos políticos alternativos e minimizando impactos (CARVALHO *et al.*, 2013, p. 13).

Por fim, essa pesquisa espera contribuir para futuros estudos na área de Relações Governamentais, pois grande parte dos estudos sobre o sistema político brasileiro tem negligenciado este aspecto, deixando o conhecimento sobre o tema confinado a poucas investigações (SANTOS, 2014, p. 52).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Grégory; VIEIRA, Gustavo A. de O.; OLIVEIRA, Renato L. de; MOTA, Thiago de O.; LIMA, Valmir. **Relações Governamentais: Interagindo Democraticamente no Processo Decisório Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2013. 43 p.

FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba: FIEP, 2006

FIEP. (2007) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

_____. (2008) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

_____. (2009) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

_____. (2010) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

_____. (2011) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

_____. (2012) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

_____. (2013) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

_____. (2014) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

_____. (2017) **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba (PR): Federação da Indústria do Paraná.

ABRIG. **A Sociedade Participando das Políticas Públicas: o que você precisa saber sobre a atividade de Relações Institucionais e Governamentais**. Abrig: Brasília, 2017.

FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) A. Sobre a Fiep. (sem data). Disponível em: < <http://www.fiepr.org.br/conheca-1-97-188404.shtml>>. Acessado 11 de junho de 2018.

FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) B. Agenda Legislativa (sem data). Disponível em: < <http://www.fiepr.org.br/assuntosLegislativos/agenda-legislativa-1-10870-88613.shtml>>. Acessado em 11 de junho de 2018

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da; SANTOS, Fabiano. **Uma análise da produção legislativa durante os dois primeiros anos do Governo Sérgio**

Cabral: indicadores quantitativos e qualitativos em uma perspectiva comparativa. 2009. Disponível em<

<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A982105>. >. Acessado em 28 abril de 2018.

GRAZIANO, Luigi. **O Lobby e o Interesse Público.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, XX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, v. 12, N. 35, out. 1996.

GRIEBELER, Juliano B.; BRAGA, Sérgio. **Ação empresarial em escala regional: um estudo da permeabilidade do Legislativo do Paraná à ação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) na 16ª legislatura (2007-2010).** *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, N. 3, set./dez. 2014

GRIEBELER, Juliano M. B. **Ação política da Federação das Indústrias do Paraná: um estudo sobre a Agenda Legislativa da Indústria (2005-2010).** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2010. 62 p.

KIGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies.** 2º ed. Addison-Wesley Educational Publishers Inc., 1995, pp. 196-208.

MANCUSO, Wagner P. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Humanitas: Endusp, 2007. 228 p.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo.** Texto preparado para apresentação no Grupo de Trabalho. Nº 5 – Empresariado e Ação Coletiva – do 27º. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, Minas Gerais, 21 – 25 de outubro de 2003.

OLIVEIRA, Andréa C. de J. **DIAP: O Lobbying do trabalhador no Congresso Nacional.** *Revista Mediações Londrina*, v.10, N. 2, p. 219-236, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Andréa Cristina. **Breve histórico sobre o desenvolvimento do lobbying no Brasil.** *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a.42 n.168 out/dez. 2005. Pág 29-43.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 1999.

RELGOV EM FOCO. O perfil do profissional de Relações Governamentais. 2015. Disponível em <http://www.relgovemfoco.com.br/o-perfil-do-profissional-de-relacoes-governamentais/> . Acesso em 26 de março de 2018.

SANTOS, Fabiano. **A dinâmica legislativa no estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTOS, Manoel L. **Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o Lobby e o Sucesso da Agenda Legislativa da Indústria.**

Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos. Rio de Janeiro, n. 1, p. 52-70, mar/2014.

SANTOS, Manoel. **O Parlamento sob influência: lobby e o comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados do Brasil**. Artigo submetido no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. 1 a 4 de Agosto de 2012.

SANTOS, Manoel L. A, RESENDE, Ciro; GAVÃO, Eduardo R; profissionalização de RIG no Brasil. Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais. Brasília, edição 3, agosto de 2017.

QUEIROZ, Antônio A. de (Org). **Os “Cabeças” do Congresso Nacional: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes**. Edição nº 23, Brasília: DIAP, 2016. 96 p.

TONI, Jackson de. **Novos Arranjos Institucionais na Política Industrial do Governo Lula: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos**. 2013. 390 f. Dissertação de Doutorado em Ciência Política - Pós Graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO FIEP



O objetivo da visita ao Núcleo de Assuntos Legislativos da Federação das Indústrias do Paraná é realizar algumas perguntas, as quais serão divididas em dois blocos, o primeiro com foco no Núcleo de Assuntos Legislativos e o segundo, com o objetivo de conhecer a dinâmica da construção da Agenda Legislativa da Indústria.

1º BLOCO: SOBRE O SETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVO

1) Como se estrutura o setor?

R: O Departamento de Assuntos Legislativos como era conhecido antes, passa a ser o “Núcleo de Assuntos Legislativo”. Atualmente é composto por 3 (três) pessoas: um analista, um auxiliar administrativo e uma coordenadora.

2) Quais são as atividades de cada membro da equipe?

R: As atividades são: (i) definição das proposições; (ii) análise; (iii) síntese; (iv) produção de informativos semanais; (v) monitoramento de proposições legislativas; (vi) acompanhamento de comissões; (vii) acompanhamento de sessões plenárias; (viii) diálogo e sensibilização dos parlamentares. Ao analista técnico do Núcleo de Assuntos Legislativos cabe, o monitoramento legislativo, a análise, a síntese, a produção do boletim semanal, o monitoramento e acompanhamentos das proposições, sessões plenárias, comissões, audiências públicas e reuniões dos Conselhos Temáticos e Setoriais.

3) Quais formações cada membro da equipe possui (graduação, especialização)?

R: O analista é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Pós- Graduado em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito

Constitucional e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. O auxiliar administrativo é graduado em Jornalismo pela Universidade Tuiuti do Paraná e graduando em Direito pela Faculdade da Indústria. Por fim, a coordenadora é graduada em Direito pelo Centro Universitário Curitiba.

4) Após um membro ser contratado há treinamento sobre Relações Governamentais?

R: Não especificamente. Mas, temos uma verba destinada a realização de cursos para aperfeiçoamento profissional e treinamento.

5) Há algum setor que influência o setor de vocês? Se sim, qual e por quê?

R: Sim. Há, ao todo, 17 Conselhos Temáticos e Conselhos Setoriais. Cada Conselho tem sua especificidade referente ao Setor Produtivo, assim, quando se faz necessário um debate sobre alguma proposição que tenha um tema específico, recorre-se a estes. Temos um relacionamento direto com a Gerência Sindical; Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Gerência de Economia, Fomento e Desenvolvimento; Procuradoria Jurídica; Superintendência da Fiep, além da Presidência e Diretoria da Federação.

2º BLOCO: CONSTRUÇÃO DA AGENDA LEGISLATIVA

6) Quais são os passos para desenvolver a Agenda Legislativa?

R: Diariamente há o monitoramento referente às proposições que tramitam na Assembleia Legislativa do Paraná. Após isto, há uma análise e síntese dos projetos, os quais, semanalmente, são encaminhados em forma de um boletim aos sindicatos e corpo técnico da Federação. A formação da Agenda ocorre com o envio do Caderno de Priorização para os Sindicatos e corpo técnico da Federação, que respondem com a definição de quais as proposições devem ser convergente/divergentes e qual o nível de priorização das mesmas alto/médio/baixo. Com base nessas respostas, realizamos o Encontro de Convergência com a presença dos Sindicatos e corpo técnico, afim de deliberar, em reunião plenária, quais as proposições estaduais devem fazer parte da Agenda Legislativa. Após a discussão, deliberação e definição das proposições que devem fazer parte da Agenda Legislativa, encaminhamos a

Agenda para diagramação e revisão final. Após a publicação, realizamos o lançamento da Agenda Legislativa em evento com a presença da diretoria e autoridades. A priorização dos projetos pelo Caderno de Priorização e Encontro de Convergência não impede o constante acompanhamento das proposições que não foram priorizadas ou não foram incluídas na Agenda Legislativa da Indústria.

7) Qual a forma pela qual os sindicatos têm acesso às proposições e colaboram com os seus posicionamentos?

R: O acompanhamento das proposições ocorre diariamente com a definição das proposições legislativas que impactam o setor industrial. Após essa definição, o Núcleo de Assuntos Legislativos faz a síntese das proposições, atualiza sua tramitação e formula um boletim informativo que é encaminhado aos sindicatos e corpo técnico da Federação. Temos dois boletins informativos encaminhados semanalmente aos sindicatos: **(i) Novos Projetos de Lei**, com a síntese e tramitação das proposições legislativas na Câmara, Senado e ALEP e o; **(ii) Resumo do Diário Oficial** com as publicações do Poder Executivo e Legislativo no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Paraná.

8) O que são Projetos Remanescentes?

R: São proposições que entraram na Agenda Legislativa de um ano anterior, e permanecem em tramitação em ano subsequente.

9) Quais são os critérios para selecionar que alguns projetos sejam considerados Projetos Remanescentes?

R: Pela relevância da proposição e impacto para o setor industrial.

10) Existe algum mecanismo de monitoramento político para Relações Governamentais no setor?

R: Sim, acredito que os mecanismos de monitoramento é o conjunto de todas as atividades desenvolvidas pelo departamento, desde as ações de

monitoramento e pesquisa, assim como, as atividades de influência e sensibilização realizadas pelo Núcleo.

11) Há alguma estratégia de escolha para saber quais parlamentares abordar?

R: Buscamos estabelecer um diálogo com todos os parlamentares, sem distinção. Entretanto, existem parlamentares que tem maior aproximação com a Agenda da Indústria, por esse motivo é natural que tenham proximidade maior com a Federação.

12) O posicionamento da Diretoria da FIEP é decisória ou apenas influente sobre a Agenda Legislativa?

R: Posicionamento decisório. Cabe a Diretoria da Federação a última palavra sobre a produção da Agenda Legislativa, devido caber a este Setor a sua qualificação.

13) Por que não há a Agenda Legislativa de 2015?

R: Como todas as proposições serão arquivadas por decurso de prazo, nos últimos anos de legislatura não há proposições, logo, a Federação optou por não produzir a Agenda Legislativa de 2015.

14) Algumas proposições nas Agendas de 2012 e 2014 não possuem posicionamento e a justificativa, o que não segue a regra de outras Agendas. Por que isso ocorre?

R: Elas possuem tanto o posicionamento quanto a justificativa. O que ocorre é que as proposições são agrupadas com ícone único e parecer conjunto.

Algumas colocações:

- Só há Relações Governamentais em âmbito Municipal em casos específicos.
- A classificação para ser “divergente com ressalva” ou “convergente com ressalva” é através de uma mensuração de baixa, média ou alta a situação do consenso sobre a proposição diante do Setor Produtivo.

- Interesse Setorial é quando interfere ou afeta, ou é interesse de apenas em um Setor.
- Interesse Geral é quando interfere ou é interesse de em todos, ou da maioria dos Sindicatos.